

# Título: Felicidade clandestina: o lugar dos afetos em cartas particulares apreendidas (sécs. XVI a XIX)<sup>1</sup>

Ana Leitão

*« Tous les hommes recherchent d'être heureux. Cela est sans exception, quelques différents moyens qu'ils y emploient. Ils tendent tous à ce but. [...]Tous se plaignent, princes, sujets, nobles, roturiers, vieux, jeunes, forts, faibles, savants, ignorants, sains, malades, de tous pays, de tous les temps, de tous âges et de toutes conditions.»*

BLAISE PASCAL, *Pensées*, 181, (1670).

## Introdução – a universalidade e intemporalidade de um conceito

Realização plena? Estado temporário? Incessante procura? Em todos os tempos e quadrantes o Homem se vem debatendo com o desejo de felicidade plena, ao mesmo tempo que procura definir trilhos para lá da mera sobrevivência. Advertidos da tentação de atender meramente à expressão de sentimentos eufóricos ou deleitosos para reunir elementos sobre o sentimento pleno de felicidade, optámos por incidir na análise de manuscritos do quotidiano para inferir sobre determinados padrões de *satisfação e realização pessoal*, com particular incidência em vivências íntimas e experiências de reacção ao controlo social vigente.

Muito embora os padrões culturais, as noções de «homem», «comunidade», «liberdade» e até «intimidade» não possam ser analisadas partindo de pressupostos atuais, na verdade o sentido de felicidade e de bem-estar parecem distinguir-se mais pela qualidade das estratégias e vivências do que na sua essência propriamente dita. Tomando por desafio a busca de evidências em arquivos judiciais nos séculos XVI a XIX, e tendo sempre presente que a sociedade portuguesa de então, no Reino e no Império, se baseava em valores, crenças e estratégias distintos dos que conhecemos hoje, até que ponto o sentido de felicidade seria radicalmente diverso?

A ponderação da produção manuscrita de carácter popular como fonte histórica proporciona, como veremos, a exploração das dimensões sociais da escrita na Modernidade, e, de forma muito particular, o alcance de aspetos menos tangíveis do viver em comunidade.

---

<sup>1</sup> (\*) Draft version.

## **Metodologia e objectivos de investigação**

Com a experiência, ainda em curso, da investigação de pós-doutoramento em História no Projeto Post Scriptum, coordenado pela professora Rita Marquilhas (Centro de Linguística – Universidade de Lisboa)<sup>2</sup>, tem-se proporcionado um renovado entendimento do Homem português na Idade Moderna. Numa abordagem que cruza duas áreas do saber – a Linguística e a História - o estudo diacrónico da língua portuguesa centra-se, eminentemente, nos moldes como se operava a comunicação escrita de foro mais íntimo, pessoal<sup>3</sup>. Aquilo que trazemos à discussão neste colóquio é fruto de produções manuscritas que exibem vivências quotidianas e mecanismos de comunicação, não raro, à margem da lei. O desafio que aqui propomos é recuperar, na expressão mais íntima de afetos, anseios e preocupações, a expressão de comportamentos e estratégias experienciados com vista ao alcance da satisfação e realização pessoal. A nossa escolha recai sobre escritos tipologicamente diversificados, que podemos agrupar em dois grandes grupos: cartas particulares de temática e estilo variado (familiares, de amor, secretas...); escritos de carácter mágico e simbólico (orações, feitiços, pactos...).

## **Felicidade em retro-perspectiva**

Antes de nos debruçarmos sobre as fontes, equacionemos, em abstracto, o conceito.

A felicidade é, acima de tudo, um desejo universal que move o Homem na sua existência. Uma eterna busca que transcende o material, para se eternizar no pensamento. Não se restringindo à mera satisfação, à materialidade, questionamo-nos até que ponto, aparentando ser um estado subjectivamente percebido, será apenas uma noção exclusivamente do foro individual, ou também fruto da consciência colectiva. Até que ponto poder-se-á entender a felicidade como ideal humano actualizado pelo viver em sociedade?

A consciência construída e abstractizada na tratadística define, por regra, o acesso à felicidade – a um nível profundo - como um exclusivo dos pensadores. Percebia-se, ademais, a distinção entre felicidade aparente e felicidade «verdadeira» - esta última alcançável por via de uma incessante busca da verdade, pela luz do entendimento. Ao

---

<sup>2</sup> “P.S. – Post Scriptum: Arquivo digital da escrita quotidiana em Portugal e Espanha na época moderna”, financiado por fundos do European Research Council.

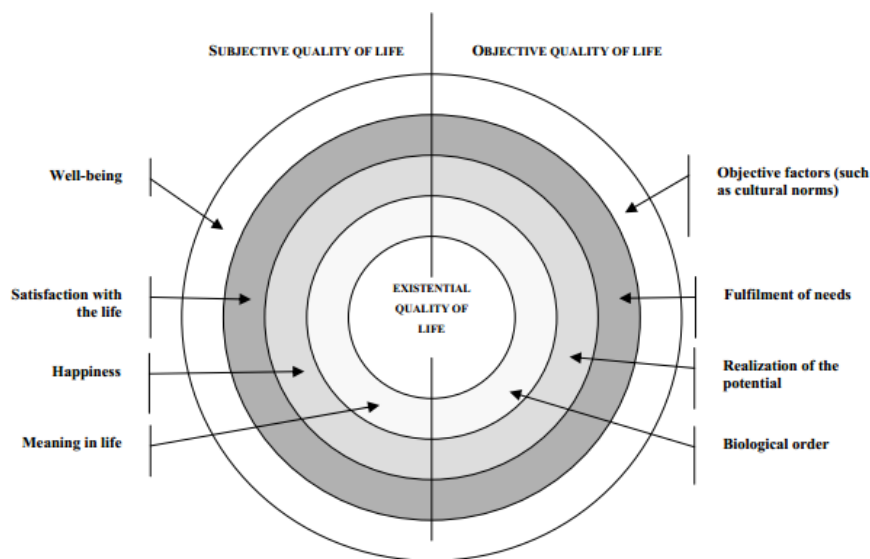
<sup>3</sup> O amplo arco temporal desenhado – de 1500 a 1834 – procura responder à acção de diversos tribunais que operaram até às reformas liberais. Como tal, a exploração dos mais variados arquivos judiciais portugueses - do foro cível, crime, eclesiástico e inquisitorial - permite não apenas a identificação de diversas cartas originais, mas conhecer pormenores que contextualizam os interlocutores e a preponderância do escrito enquanto importante elemento incriminatório do réu.

reflectir sobre o problema na *Carta sobre a Fortuna* (1778), Matias Aires percebia a enorme dificuldade de o homem comum, inculto e analfabeto aceder a uma verdadeira felicidade.

“A maior parte da vida passamos em buscar a fortuna, e a que vemos nos outros, é a que nos engana a nós; porém é feliz o engano, que nos anima sempre. Que maior desgraça que o viver indiferente, e sem acção; e que maior ventura que a esperança com que a buscamos! [...] a fortuna parece não está tanto em possui-la, como em desejá-la.” (AIRES, M. §55, p. 65).

Em certa medida, isto mesmo é reiterado no esquema sugerido por Ventegodt *et. al.*, onde se assinala a existência de níveis de profundidade distintos, como ainda uma percepção polarizada da qualidade de vida, disposta em duas dimensões – objectiva vs subjetiva.

**Tabela 1 - Integrative quality-of-life (IQOL) theory (Ventegodt et.al., 2003)**



Fonte: SUSNIENE, Dalia et JURKAUSKAS, Algirdas (2009). “The Concepts of Quality of Life and Happiness – Correlation and Differences”. In *Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics* (3), p. 59.

Neste esquema radial, a noção de felicidade destaca-se das demais enquanto percepção atingível não à superfície, mas a níveis mais profundos, em plena e constante interacção com as demais esferas comunicantes – o que, simultaneamente, não invalida que possa ser experienciada a níveis mais superficiais, traduzida por uma efémera sensação de bem-estar.

“There is a certain hierarchy of life spheres in human consciousness: the highest is generally perceived as quality of life then depending on person itself follow other parts of

quality of life (family, work, health, leisure, etc.) (Sirgy, et al, 2003). Greater satisfaction in one life sphere increases satisfaction level ranked higher in other sphere, e.g. high quality of work life increases the satisfaction with the whole quality of life (spillover rises from bottom to top). However being unsatisfied with one sphere of life can be not of great influence to satisfaction, if ever, in other spheres or can influence only one particular sphere. For example, if a person is unsatisfied with his/her job, he/she can compensate it with greater attention to the family and experience, greater satisfaction with the quality of family life (Furmonavicius, 2003).” (SUSNIENE et JURKAUSKAS 2009:60)

À racionalidade humana não basta, portanto, a sobrevivência e a sensação de bem-estar como único sentido de vida. Encontra-se, na verdade, dependente de um projecto configurado pelo curso da existência humana que se reparte ora numa vertente objectiva, tangível - por comportamentos visíveis para a comunidade, resultando da realização harmónica e simultânea do ser natural (corpo) e do ser social (nos seus diversos papéis e funções: cidadão, crente, trabalhador, pai...) – ora numa vertente mais abstracta – sentido como um sentimento universal e complexo. Nesta linha, “a felicidade é um valor racional que se fundamenta em sentimentos de ordem e equilíbrio e em vivências harmónicas de carácter psíquico e social. Não em estados eufóricos e jubilosos momentâneos.”<sup>4</sup> Para lá das balizas individuais e conjunturais, a felicidade assume um estatuto de “universalidade antropológica” e de “conceito supremo da vida ética”, a que se submetem o amor-próprio, o dever moral, o bem quotidiano, a justiça, a forma ética de vida. Miguel Real pretendeu desvincular a sua definição de dois pólos em que tem permanecido, tradicionalmente, limitada: “entre um bem espiritual, de vínculo religioso, e um bem material, amiúde identificado com o prazer”<sup>5</sup>.

Na época a que nos reportamos, a concepção de felicidade era entendida “como o estado mental harmónico decorrente da prática continuada do bem, isto é, da virtude”<sup>6</sup>– o que, na verdade, decorria de uma construção humanista cristã. Muito embora o cristianismo tenha furtado ao sentimento de felicidade o prazer<sup>7</sup> como sua qualidade intrínseca, colocando em seu lugar a existência penitencial e o exercício de virtudes como modelos de vida, tal não significa que todo o Homem moderno vivesse segundo aqueles pressupostos. Efetivamente, não poucos perseveraram e conduziram a sua existência através de modelos colocados à margem, enveredando pela via social e/ou religiosamente não aceite, como bem no-lo documentam os registos criminais do foro civil, inquisitorial e eclesiástico.

---

<sup>4</sup> REAL, Miguel, Nova Teoria da Felicidade. Alfragide: D. Quixote, p. 25.

<sup>5</sup> Idem, p. 30.

<sup>6</sup> Idem, p. 37.

<sup>7</sup> Cumpre assinalar que o prazer pode ser entendido em duas vertentes, profundamente antagonizadas com o cristianismo: de um lado, o prazer físico e carnal; do outro, o prazer contemplativo e espiritual.

A condução das suas experiências almejavam, pelo menos, transcender a mera satisfação pessoal, contestando o seu papel enquanto atores sociais, bons cidadãos e bons cristãos, a quem basta, para se sentir bem, aquilo que possui e a pessoa que é. É nessa contradição e superação que poderemos situar os comportamentos expressos – não obstante as evidentes condicionantes pela condução do processo judicial – e que constituíram a base das causas em litígio.

### **Escrita sob suspeita**

Apesar de tradicionalmente encarada como uma sociedade maioritariamente analfabeta, a circulação e acesso a informações decorria para além do escrito, possuindo a palavra um poder preponderante, desde a arrematação de negócios à consolidação ou destruição da honra pessoal, em que o verbo transcendia o ato – fosse por intermédio de injúria (validação negativa) ou de denúncia (validação positiva, por ter um sentido de verdade). O próprio escrito de carácter oficial deixa transparecer a eminência da palavra, em cujo registo aquele que escreve serve apenas de intermediário. Assim, os próprios escrivães e escreventes asseguravam a memória do discurso a quem serviam no seu ofício.

Neste universo da cultura escrita, destacamos a produção de cartas particulares. Até que ponto constituirão fonte para uma possível interpretação da atmosfera social na Modernidade? A habitual escolha na historiografia de obras literárias, periódicos e correspondência pessoal (sobretudo das elites ou em domínios de grande formalidade) tem colocado, sistematicamente, as esferas com maior protagonismo social, cultural e económico no centro das pesquisas. A mudança do paradigma – i.e., centrando nas camadas mais desprestigiadas – não deixará, certamente, de trazer novos contributos.

Assim como a literacia não se circunscreveu, unicamente, a famílias mais abastadas, também a produção e circulação de material manuscrito conheceu percursos alternativos, consoante os condicionalismos que as circunstâncias impunham. Centremo-nos, pois, em registos de natureza informal ou cuja posse e circulação se cingisse a esferas muito estreitas.

A inclusão de escritos em arquivos judiciais, fruto de mecanismos formais de vigilância e repressão religiosa e política<sup>8</sup>, possibilita-nos, como veremos, aceder a faces menos visíveis do comportamento do Homem português na época moderna. É certo que somos, aparentemente, condicionados quer pela jurisdição do tribunal, como pela natureza da causa em análise. No entanto, cumpre salientar que as provas escritas inclusas nos processos possuem uma abrangência temática que, não raro, transcende

---

<sup>8</sup> Comportamentos que Pedro Cardim (2000) classifica de fragmentadores, mas também de modelos informais de organização da comunidade.

o contexto do delito pelo qual o réu era incriminado, além de com este se poder relacionar apenas indirectamente.

As cartas pessoais tornadas provas surgiam, por regra, por uma das seguintes formas: entrega voluntária, interceptação ou apreensão. Nos dois últimos casos, intervinham oficiais de justiça, por vezes com colaboração de outras autoridades e até do cidadão comum. A interceptação de cartas podia ocorrer, de forma flagrante, mesmo já no contexto do cárcere, graças à conivência de guardas corruptos e a estratégias mais elaboradas – ainda que não muito bem-sucedidas, a avaliar pelo destino das missivas – dos próprios presos e presas.

Em termos de função social e comunicativa destas produções manuscritas, sobressai um diversificado conjunto de produção epistolar: cartas familiares, de negócios, de amizade, de amor, de extorsão, freiráticas ou espirituais (concebidas no quadro da direcção espiritual recebida por um padre confessor), bilhetes, entre outros.

Além deste género, cumpre assinalar a existência de manuscritos de carácter mágico-simbólico, assim como a escrita panfletária. Muito embora cumpram funções evidentemente distintas, constituem a materialização de anseios muito concretos e que persistiram, não obstante a sua natureza precária e o seu carácter profundamente marginal.

Nestes documentos é evidente a qualidade das competências em língua e uso da escrita enquanto reflexos da escolarização recebida em primeiras letras, assim como várias marcas de oralidade, por vezes com traços dialectais muito próprios. Não são, contudo, claras as condições dessa aprendizagem, em particular até ao século XVIII, período a partir do qual são instituídas as aulas públicas de primeiras letras. Estamos em crer que muito se ficara a dever ao ensino doméstico, em que estariam envolvidos os próprios progenitores ou sob contratação de mestre(a)s, sendo que, para a aprendizagem da escrita, era extramente frequente o recurso de cartas manuscritas, assim como de sentenças judiciais como modelos de produção.

Chegaram a ser apreendidas cartas, escritos, recados, pequenos papéis ou bilhetes que, sob uma vigilância mais atenta, se conseguia interceptar a meio do curso da comunicação ensejada. Desta correspondência clandestina, é possível entrever a qualidade das relações interpessoais e as estratégias empregues para vencer os mais difíceis obstáculos que conferem ao ato comunicativo a derradeira alternativa de construção de uma proximidade virtual.

## **Entra a busca e o inconformismo**

Inferir sobre a atmosfera social no Portugal do Antigo Regime obriga-nos, necessariamente, a um exercício de ponderação sobre a qualidade das relações sociais, num quadro a um tempo dominado pelo medo, pelo temor a Deus e ao Rei, mas também diversificado em favor das características e vivências das comunidades locais. As afinidades encontradas e o estreitamento das relações empreendidas eram produzidos por conta de alguns princípios fundamentais: proximidade familiar, adjacência geográfica, partilha de crenças e costumes e frequência das interações no seio do ofício exercido.

Uma fonte fundamental para a história social, das mentalidades, dos afetos e das interações socio-comunicativas é, efectivamente, a correspondência informal e/ou clandestina, ao proporcionar o estudo das interações entre indivíduos cujos papéis sociais se encontram fora dos campos de poder e de circuitos académicos e/ou literários. Esta documentação torna-se tanto mais relevante quanto maior a informalidade do discurso, a variedade temática, e a diversidade etária, social e de género dos agentes envolvidos. Semelhante produção manuscrita oferece-se como um recurso fundamental para o desenho da opinião pública, assim como do espaço da individualidade e da intimidade na Modernidade. Graças à sua espontaneidade e grau de informalidade, permite um olhar renovado sobre a personalidade, percepções individuais e coletivas do mundo, bem como as nuances do quotidiano, desde as vivências mais íntimas à intercepção com a vida no espaço público, bem como das vivências e tensões em ambiente carcelário.

Temos, pois, a fortuna de congregar um conjunto apreciável de cartas de amor, de cartas familiares e de amizade onde se transmitem não apenas sentimentos, como também estratégias conducentes à superação de situações de natureza diversa que obstavam ao bem-estar e à satisfação pessoal.

Um dos maiores obstáculos à plena fruição do amor estava no apartamento dos amantes – fosse ele imposto por antagonismos sociais, por motivos inerentes ao exercício de determinada função profissional ou por conta da prisão de um dos elementos do casal. Vários são os testemunhos de troca de correspondência intra e extra cárceres, não raro com a intermediação de guardas – ainda que semelhante circunstância violasse o segredo a que presos e oficiais de justiça se comprometiam. Nas prisões do Santo Ofício, de resto, tornou-se uma verdadeira calamidade na primeira metade do século XVII, o que, conseqüentemente, originou uma vigilância mais apertada.

Dos testemunhos conhecidos, destacamos a troca de escritos entre casais de cristãos-novos com recurso à panela da carne, como sucedeu entre Gaspar Rodrigues e a sua mulher, Isabel Rodrigues. Gaspar, a sua mãe e a sua esposa foram entregues ao

cárcere de Coimbra a 28 de julho de 1631, sendo, naturalmente, colocados em espaços diferenciados, tanto pela natureza dos seus laços, como pela obrigatória divisão entre homens e mulheres. Na impossibilidade de se comunicarem directamente, o recurso à escrita parecia a única forma de se tranquilizarem mutuamente, tanto por conta do que fosse revelado contra familiares e conhecidos, da perseverança em tão penoso cárcere ou do temor pelos métodos de tortura que pudessem advir.

A carta acabou por ser interceptada na panela da carne que o réu mandara para a cozinha, supondo que ali estaria a sua mulher. Inquirido sobre como surgira a oportunidade, desvenda ter, certo dia, recebido um paninho branco com pontinhos negros na dita panela, entendendo por aquele estranho objeto que seria da sua mulher, pois ela tinha o costume de assim marcar a sua roupa. Isto não espantaria as autoridades, pois era frequente os presos tentarem comunicar entre si por recurso a código. Deduziu, então, o marido que ela estaria na cozinha e tentava comunicar daquela forma com ele, pois ela não sabia ler nem escrever. Porém, como vimos neste e em outros casos análogos, a literacia não era obstáculo suficiente para impedir a comunicação por escrito. Ademais, Isabel conseguira enviar-lhe uma carta "em que dizia que estava enfadada nestes cárceres e que entendia que não podia sair sem dar em suas irmãs, por lhe haverem dito as companheiras que não podia sair sem dar nas ditas suas irmãs" (fl. 45v).

Gaspar conhecia muito bem as consequências do seu ato – e esta não fora, seguramente, uma situação isolada. Acima de tudo, a correspondência proporcionava a derradeira alternativa de sobrevivência dos laços afectivos e um ténue apaziguamento da inquietação vivida.

Podemo-nos, igualmente, questionar-nos sobre o lugar dos afetos nestas intimidades devassadas. Permite-se uma exploração de sentimentos predominantes – amor, amizade, saudade, angústia, desespero, tristeza, revolta - e da sua relação com o instante, num determinado quadro de experiências.

Um caso bem distinto e já num foro completamente diverso é o de José Moro, um espanhol preso na Cadeia de Belém, ao tempo do reinado de D. Miguel e da perseguição. Em 1829, assim lhe participara uma anónima a sua saudade e tristeza ao por sabê-lo naquela prisão:

“Caro bem da minha alma

Não posso por mais tempo [*sevocar*] em meu peito ardente paixão que continuada está em meu coração. Tanto que vi as suas mimosas letras, meu coração ficou com um prazer e alegria, ao mesmo tempo triste, como a triste noite. Oh, quanto fora melhor não vos conhecer de que vos ver e tão triste cena. Mas sim, caro bem, quem vos pudesse dar a Liberdade quanta meu peito deseja, pois espero que será por pouco tempo



[...] Aceite o meu coração saudoso desta que lhe promete ser firme e constante até à morte, pois a sua carta cá a tenho reservada dentro do meu coração, pois só à sua vista poderei publicar os meus sentimentos como desejo quando o meu coração palpita. Ele em segredo me diz que contigo, tarde ou cedo, hei[-de] vir a ser feliz.

Quis dizer-te adeus, não pude. A linda mão tua apertei com esta ternura e saudade. Como não morro, não sei. Espero resposta.”<sup>9</sup>

Alguns dos episódios mais pungentes estão associados à separação do casal. De algum modo, António José Maria conseguiu escrever para a sua mulher quando a caminho de novo cárcere político:

“Minha amada Ana

Cheguei com saúde a esta terra e consola-te que para toda a parte que for o nosso destino te darei notícias minhas. Não tenho tempo de ser extenso por causa que estamos a partir para o Depósito, só quero que te lembres de mim e algum dia seremos felizes. Consola o nosso menino e não desampares meu irmão enquanto se portar bem. Saudades ao Feliciano e a todos da nossa Família e não escrevas por ninguém enquanto te não mandar dizer aonde deves dirigir as cartas. Não tenhas cuidado porque cá somos bem tratados.

Deste teu marido que te ama do coração,

António José Maria”<sup>10</sup>

O réu do processo era António Amâncio Mangens, meirinho do contrato dos Tabacos, natural de Maфра, indiciado por ser portador de 4 cartas que lhe foram entregues por Henrique Queine – “que falava muito bem português” - , marinheiro do paquete inglês "Duque de Kent", surto no Tejo. A 1ª é de Luís Balbino Pereira para António Bernardo de Almeida, a 2ª de F. para D. Ana Leonor de Vilhena, a 3ª de Amaro para D. Maria da Conceição Burgos Barroso e a 4ª de António José Maria para Ana Rosa.

Esta missiva enquadrava-se no conjunto de 3 cartas de que se fez auto de abertura a 7 de janeiro de 1829. Haviām sido enviadas pelo desembargador juiz do crime do Bairro de St. Isabel ao Intendente Geral da Polícia. Em comum, tinham o facto de terem sido escritas por portugueses exilados para suas esposas, todas em Lisboa. Uma foi remetida de Inglaterra – Plymouth, a 18 de dezembro de 1828; as restantes, sem data nem local. As cartas foram apresentadas pelo réu, logo mandado prender por denúncia feita por um oficial de polícia. Foram apreendidas, ainda fechadas, por se suspeitar terem conteúdo subversivo. O referido marinheiro inglês era presença diária

---

<sup>9</sup> (CARDS0072 – ANTT, Casa da Suplicação, Feitos Findos, Processos-Crime, Letra J, Maço 136, Número 20, Caixa 361, Caderno 1, Fólio 41r).

<sup>10</sup> ANTT, Processos políticos e devassas do reinado de D. Miguel, mç. 3, cx. 5, n.º 5, fls. [16r-17v].

em Lisboa, na «loja do Smith», defronte da Rocha do Conde de Óbidos, além ter trazer e passar muitas cartas.

Situações há que é possível reconstituir redes de comunicação e sociabilidade no quadro de famílias e comunidades muito concretas. Destacamos, a este nível, duas conjunturas que aqui, de algum modo, já assinalámos: a perseguição a cristãos-novos e judeus, por um lado, por outro a perseguição aos liberais. Em ambos os casos é particularmente notório o interesse da justiça em perceber, quer no conteúdo das cartas, quer na forma da sua transmissão/circulação a extensão dos participantes, o seu paradeiro, a qualidade das relações mantidas e, naturalmente, as informações incriminatórias.

Um outro universo relevante para o tema a que aqui nos propomos é aquele em que assistimos a uma rutura das relações. Cumpre, a este nível, recordar casos de rompimento de esponsais, bigamia e solitação. Os casos de bigamia no Portugal do antigo Regime faziam-se valer, como é sabido, da ausência de uma rede eficaz de cruzamento dos dados registados nos registos paroquiais a uma escala mais ampla. Assim, a migração de um indivíduo para áreas alheias à jurisdição da sua diocese de origem favoreceria a ocorrência de situações inaceitáveis aos olhos da Igreja e da Justiça.

As cartas de amor surgem, por norma, eivadas de uma expressão mais inflamada dos sentimentos. Com Manuel António Alvim de Magalhães, não estamos, decididamente, perante a expressão de um amor genuíno. Os sentimentos arrebatados que transmite à jovem Carlota faziam parte de um plano de conquista, mas que pouco tinha de poético. A carta inclusa no seu processo-crime foi prova dos seus avanços com que seduziu Carlota, chegando a fazer-lhe promessas de casamento.

“Filha

Desde que tive o prazer de te ver, jamais pude lograr aquele sossego que antes lograva; e nesta inquietação em que minha alma se acha, só presumo encontrar remédio logrando os teus ternos carinhos; isto te pede este que te deseja mais que a nenhuma outra pessoa”<sup>11</sup>.

Não estamos perante um final feliz. Carlota entregou-lhe a sua inocência, engravidou e foi ameaçada pelo réu com venenos, de que se fizera queixa. Acabaria por falecer

---

<sup>11</sup> CARDS6245 – ANTT, Casa da Suplicação, Feitos Findos, Processos-Crime, Letra M, Maço 39, Número 4, Caixa 76, Caderno [1], Fólios 34r.

durante o parto, sendo o feto tirado a ferros. Quanto a Manuel, condenado pelo crime de violação de uma menor, de traição e aleivosia, recebeu degredo perpétuo para o Presídio de Angola.

Abeiremo-nos em seguida de amores proibidos. O padre António de Antas/Dantas Barreto, vigário da Igreja de S. Mamede de Cesures (Barcelos) e natural de Braga, era um inveterado sodomita, cujas práticas escandalosas, envolvendo muitos outros, não escaparam a severa punição. Hábil nas palavras e engenhoso nas formas de resistência à justiça inquisitorial, este padre conseguiu evitar ser preso, com justificações algo mirabolantes. As duas cartas que se apresentam abaixo haviam sido originalmente escritas para o pajem de fr. Luís da Silva Coelho Maltês, Francisco Teixeira, de quem estaria enamorado.

“Amigo,

Cheguei ontem a esta cidade. Espero mais voltar, que dei por ver se via a vossa mercê. Fui tão encontrado da Ventura que não pude encontrar tanto bem; e não é isto lisonja, porque as amizades, suposto nasçam de leves princípios quando se estimam na boa correspondência, só no fim das vidas dos amigos tem o seu. E assim [?] espero eu que será esta nossa, não faltando em tempo algum da minha parte a tudo o que vossa mercê me ordenar. E se este desejo merece alguma satisfação, só em ver a vossa mercê, o espero nesta casa aonde estarei até às nove horas. E assim estimarei muito que vossa mercê, com a mor brevidade que for possível, se venha a ela, e no entretanto Deus guarde [a] vossa mercê etc.<sup>12</sup>

Amigo

António Dantas Barreto”<sup>12</sup>

Eis a outra missiva dirigida, declaradamente a Francisco Teixeira – “me guarde Deus” - que se provou ser igualmente de sua autoria, esta já num tom mais apaixonado:

“Se como está esculpido o peregrino retrato desse rosto em minha alma estivera e [está?] em nossa memória, bem creio que igualmente andareis (como eu ando) flutuando em um furioso mar de saudades e que, vencido delas, me não faltareis com novas vossas. Mas que posso eu esperar de quem tenho minha alma cativa, se quer mostrar tão livre e senhor. Enfim, para a vista guardo o demais. O portador vos entregará. Meu bem, vossa encomenda, estimai-a no grau que deveis e não bulais nela até eu ir, que tenho que vos dizer em particular sobre o que em si leva.

Mandai-me mil novas vossas, em satisfação de outros tantos abraços que vos da minha vontade que fica a vosso serviço para sempre consagrada. Adeus, amor, que vos guarde.

---

<sup>12</sup> ANTT, TSO, IC, proc. 4061, fls. 9r-10v.

Rasgai logo esta

O vosso maior amigo

António Dantas Barreto”<sup>13</sup>

Para sua infelicidade, veria os seus afetos sujeitos à expurgação inquisitorial.

Noutro caso, dois amantes, Jacinto Júlio de Queirós Moura, estudante de Direito em Coimbra, e Josefa Viana de Campos urdiram um plano para matar com veneno o marido enganado. As cartas apreendidas comprovaram o amor adúltero nas suas peripécias e longevidade:

“Minha felicidade futura,

Quanto sou ditosa! E quanto me confunde a tua benigna sinceridade! Os céus permitam conservar-te por minha vida tão generosos sentimentos.

Sim, meu terno bem, apesar de todos os desgostos que me podem acontecer amando-me tu com toda a candura e consagrando-me os mesmos sentimentos de amizade que o meu coração por ti há anos padece, eu sempre sou feliz e ditosa, mas o contrário de tudo isto acontecerá se tu fores um bárbaro, um traidor, um falso, um perjuro. Acabarei meus dias desgraçados na maior desesperação e estalando minha alma envenenada. Estes são, meu terno amante, os fins que me esperam com a tua ingratidão [...]

a tua saída de hoje foi muito infeliz, pois o pequenote disse que sentia abrir a porta de noite, isto já é mau. [...] se tu me amas com ternura, espero me acudas e me livres de quantas infelicidades me possam acontecer. [...] por ora devemos por ponto na tua vinda para que de repente não seja privada de te possuir. Cada vez mais vivo inquieta e atormentada pelo melindre em que estou [...]

Adeus minha adorável prisão. Aceite mil suspiros amorosos

da tua amante e constante

J V”<sup>14</sup>

Nesta relação conturbada, nem tudo eram delícias. Sem sequer ter vista do seu amante, Josefa suspirava e lamentava-se:

“Como poderei eu viver contente, satisfeita, ausente de ti, envolvida em uma amarga saudade que me despedaça o coração [...] eu já não posso, eu morro, estalo de saudade

---

<sup>13</sup> ANTT, TSO, IC, proc. 4061, fls. 11r-12v.

<sup>14</sup> CARDS7094 – ANTT, Casa da Suplicação, Feitos Findos, Processos-Crime, Letra J, Maço 129, Número 32, Caixa 345, Caderno 3, Fólio [22]r-v.

[...]tu não dizes nada, não me dás uma ideia segura para que pelo meio dela possamos ser felizes

[...] ai de mim que tanto suspiro por te apertar em meus braços. Há quanto eu já fui venturosa e os teus amantes e doces beijos... para quem serão eles agora? [...]"

No fim dos seus lamentos, um pedido curioso:

"P.S. Amorzinho, quero que me faças o favor de me perguntar um remédio para uma grande comichão que trago nas sobancelhas e caspa e me caiem alguns cabelos e eu não queria que eles me caíssem. Isto há-de te parecer loucura, mas paciência."<sup>15</sup>

Estamos cada vez mais imersos na dimensão objectiva das ambições – e concretizações – humanas. Os processos do Santo Ofício, não obstante constituírem prova viva do controlo sobre os costumes, são fonte rica de testemunhos de práticas profanas, do peso da superstição nas vivências quotidianas – desde a alimentação, doenças e respectivas mezinhas – até à expressão individual da religiosidade, debaixo da suspeita da Igreja. O que encontramos descrito nestes documentos, entre denúncias e testemunhos extraídos na primeira e na terceira pessoas, permitem-nos inferir sobre as perplexidades do próprio clero ao lidar com tão exuberantes e aberrantes práticas, num período em que a Igreja Católica caminha no sentido de estipular um código muito definido das práticas permitidas.

Dos testemunhos que conseguimos apurar, existem os que evocam o desejo de concretização de ambições mundanas. Se Fabião Pinto<sup>16</sup> caiu em tentação, fora talvez pelos devaneios de juventude dos seus 24 anos. Rapaz solteiro e sem ofício, confessou "que andando com desejos de ter familiares [ou mandingas], um para ganhar ao jogo, e outro para alcançar mulheres, o que não teve efeito, e depois vendo-se em necessidades, fora a partes ocultas e desertas onde invocara ao demónio, pedindo-lhe sua ajuda e favor". Para este efeito, pedira a um conhecido que lhe trouxesse para si e para outro amigo uma mandinga para cada, aproveitando a viagem que ia fazer a Lisboa. Para conseguir a concretização dos seus intentos e celebrar o dito pacto, procurou uma feiticeira, embora sem sucesso. Poderemos imaginar que estas, no seu papel de mediadoras, conseguiriam lucrar com os mais desesperados – não obstante a perseguição de que eram alvo.

Onde a medicina via barreiras a um concreto entendimento da enfermidade e da solução a aplicar, abria-se uma via à religiosidade. Quando não esclarecida, enveredando-se pela superstição. Será, contudo, válido observar a persistência do

---

<sup>15</sup> CARDS7098 – ANTT, Casa da Suplicação, Feitos Findos, Processos-Crime, Letra J, Maço 129, Número 32, Caixa 345, Caderno 3, Fólios [68]r-[69]r.

<sup>16</sup> ANTT, TSO, IC, proc. 8846.

significado social dos curandeiros e curandeiras. Arrogando a si uma pretensa capacidade sobrenatural que os colocavam acima do comum mortal e um domínio fora do normal de todo um conjunto de exercícios plenos de simbologia, as funções eram absolutamente necessárias para manutenção da sobrevivência dos membros da comunidade.

Fossem quais fossem as motivações pessoais para o envolvimento nestas práticas marginais aos preceitos cristãos, como podemos observar não abrangia unicamente pessoas «rústicas» e «ignorantes», como a Inquisição pretendia fazer notar.

Entre práticas exuberantes, feitiços de amor, encantamentos, mística controversa e negócios de mezinhas, os processos do Santo Ofício retratam o que parece constituir um universo paralelo.

Situação não menos paradigmática é o aparecimento da mundialmente célebre fórmula “abracadabra” por entre os arquivos do Santo Ofício português. A primeira menção atestada remonta, recorde-se, ao século II d. C no tratado médico escrito em versos *De Medicina Praecepta*, pelo médico Quintus Serenus Sammonicus. Prescrevendo ao imperador Caracalla o seu uso terapêutico sob a forma de amuleto, estipulou a sua escrita, em cone vertical, num pequeno papel<sup>17</sup>. Alcançando particular notoriedade a partir da Idade Média, certo é que a fórmula de Serenus seria usada tanto para fins medicinais como não medicinais. Também a Portugal chegaram ecos dessa mesma fama, facto que não passara despercebido aos inquisidores. Efectivamente, encontramos testemunhos concretos da utilização desta fórmula na Inquisição de Évora, fazendo-se recolha de alguns papelinhos incriminatórios, com a estrutura cónica e a retoma integral da fórmula.

No processo movido contra Diogo Lopes Velho<sup>18</sup> encontramos prova da sua utilização. Este alferes de infantaria, residente em Estremoz, tivera o infortúnio de ser delatado pelo padre daquela localidade, André Fernandes Tassalho que, para descargo da sua consciência, encaminhara a denúncia ao Santo Ofício. Era do seu conhecimento que Diogo Lopes distribuía a várias pessoas que padeciam de sezões (paludismo) “uns escritinhos com uns nomes” que aquele clérigo de missa não soubera identificar. Ainda assim, suspeitando de ali haver notória matéria de escândalo, atentando contra a fé dos seus paroquianos, terá tido a atenção de o reproduzir para um pequeno papel, com a particularidade de se acrescentar uma sílaba à famosa expressão: “abradacadabra”. Aqui, ficamos na dúvida: terá sido por erro do padre ou reproduzira a deturpação patente no original?

---

<sup>17</sup> Cf. A fórmula mágica, acompanhada da explicação do seu uso para fins terapêuticos, por Serenus Sammonicus. (edição de 1722: *De medicina praecepta saluberrima ex editione Lugdunensi A. 1566*. Patavii : Josephus Cominus. pp. 97-98)

<sup>18</sup> ANTT, TSO, IE, proc. 7415.

O ritual fazia-se ainda acompanhar da reza de uns pai-nosso e de umas ave-marias. O papel era pessoal e intransmissível, pois, não sendo já necessário, devia ser queimado e em caso algum seria entregue a outra pessoa. Para ter efeito, o papel só podia ser dado por Diogo Lopes. Antes mesmo de o denunciar, aquele padre advertiu, não tendo Diogo feito caso.

Aqueles papelinhos tinham gozado de particular fama naquela região. Conhecia-se quem os fazia, para quem, para que fim (cura de sezões) e circulavam por muitas mãos. O padre André Fernandes confessa ter visto vários na sua mão, a ponto de conseguir reproduzir perante os inquisidores o seu teor “cabrada:cadabra:abrada:cadabr:abrada:cadab:abrada:cada:abrada:cad:abrada:ca” (fl.10v). Procurou livrar-se da desconfiança daquele tribunal, denunciando ele próprio várias pessoas que sabiam recorrer àquele método. Destas, várias foram chamadas a apresentar o seu testemunho perante a Mesa, de que destacamos alguns casos pela qualidade e interesse da informação que partilharam.

Entre paixões mais ingénuas, perversões sexuais e obsessões, a natureza humana surge bem retratada em processos não raro de natureza insólita. A correspondência encetada entre padres e freiras, neste contexto, oferece um campo de análise de não menor relevância no estudo das relações interpessoais na Idade Moderna. Em sua larga maioria, as cartas presentes a tribunal serviram de meio de prova para inculpar um religioso por solicitação ou mulher por molinismo. Entendemos, inclusivamente, como o discurso epistolar funcionou igualmente como veículo potenciador dos sentimentos inflamados - conducentes a estados de grande fertilidade imaginativa, impregnada de um forte fervor católico - quer pela frequência, quer pela ansiedade despoletada na espera de novas orientações doutrinárias (sempre recebidas com incontida alegria) no contexto de uma insuspeita direcção espiritual.

Por vezes deparamo-nos com declaradas situações de abuso da sua posição privilegiada, em que se apresentam como autênticos predadores. Vencendo psicologicamente os escrúpulos e demais pudores das suas vítimas, padres e confesores levavam-nas a incorrer numa série de práticas contrárias aos preceitos católicos, numa conquista que podia ir além do espiritual.

Do exibicionismo à masturbação, da quebra da identidade religiosa à distorção dos valores morais e preceitos do catecismo cristão, contrariamente ao que era desejável, a relação entre uma religiosa e um director espiritual podia correr o risco de escapar, pela sua excentricidade e exacerbamento da prática cristã, aos trâmites estabelecidos e originar casos de averiguação e culpa pelo Santo Ofício. Consciente do perigo destes clérigos manipuladores, que instigavam as suas vítimas a seguir as suas doutrinas, aproveitando-se da sua fraqueza de carácter ou extrema credulidade, assim como do

seu próprio efeito hipnotizador com que as deslumbravam, este tribunal régio afirma-se na contenção destes casos, por forma a não originar desvios na praxis e na doutrina imposta, assim como nos padrões éticos e morais da comunidade.

Também em tribunais eclesiásticos vemos correrem alguns destes casos. Reportamos de seguida uma causa presidido pelo provincial franciscano. Reporta-se a um frade do convento de S. Francisco de Lisboa e tem em conta um conjunto de cartas amatórias e lascivas que lhe foram dirigidas. Eis uma das cartas:

“Meu querido primo deste feliz coração, única prenda dos meus sentidos, amor do meu coração,

Graças a Deus que já tive este bocadinho de tempo para lhe escrever, pois eram tantas as saudades, que já não podiam ser mais. Agora lhe digo o motivo porque não tinha escrito [sic]: porque a primeira carta que me mandou o meu mano foi nesse dia umas histórias [?] e então a minha mãe e achou-lha. A outra carta que vossa mercê me tinha mandado, a minha mana achou-ma, tudo tirei das algibeiras. Meu querido primo, quando me escrever, mande-me letra demudada, para quando ma acharem não cuidarem que é letra sua. Eu hei-de fazer todos os impossíveis [?] por ela me não achar, nem a minha mana da mesma sorte. Meu querido primo, eu já não vou a casa da minha tia, nem quando lá estiver vê-lo, nem quando não estiver lá, porque não quero faltar aos seus preceitos, pois antes que [tudo] é primo. Sempre quero eu não faltar aos seus preceitos. Também quero que me diga o que se lhe sucedeu naquela sexta-feira, porque o nosso ..... Pode-me suceder [?] porque eu sou prima. Tudo quanto me disser e eu puder servi-lo, estou pronta para executar todos os seus preceitos. Com isto não enfado mais. Desta sua prima que muito venera e respeita dentro do meu coração. Adeus meu querido primo, adeus meu amor, adeus única prenda do meu coração, adeus desvelos dos meus sentidos. Ai, quem tivera, meu querido primo, a ditosa de lhe poder falar, pois só com ela é que o meu coração teria algum bocadinho de alívio e de consolação, pois vejo-me de tal sorte que não tenho alegria, se não quando vejo a vossa mercê. Mas eu espero em Deus Nosso Senhor, que ainda hei-de ter o alívio de lhe falar quando a minha mãe for fora. Adeus, adeus, que já não tenho mais tempo. Não repareis, meu querido, nestas minhas cartas serem tão dilatadas, mas é porque já não vem a minha tia às noites cá para baixo. Tu bem sabes que eu não posso dar resposta tantas vezes, para amor de a minha mana, porque me anda vigiando.”<sup>19</sup>

Da mesma autora – Maria Francisca de Almeida – note-se esta introdução noutra carta que lhe dirigiu:

“Querido Primo,

Recebi o precioso mimo das suas tão estimadas expressões, as quais o meu peito como a relíquias de um objecto a quem eu tanto quero e adoro e respeito como meu querido

---

<sup>19</sup> ANTT, Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de São Francisco de Lisboa, mç. 19, fls. 14r-v, 21 r.



primo, como minha única prenda dos meus sentidos, da minha alma, da minha vida e de toda a minha consolação. [...]”<sup>20</sup>

Nem sempre o cenário era idílico, por força das circunstâncias. Escrevia assim Maria Francisca de Almeida:

“Meu amabilíssimo querido primo,

Recebi umas tão amorosas letras e a..... até a dita de consagrar [?] umas tão amadas letras tão preciosas e amorosas expressões do meu querido priminho, a quem eu tanto adoro e venero dentro do meu peito, um primo tão perfeito, tão amado [?], tão querido, enfim, cheio de toda a perfeição e de toda a formosura de tudo quanto se pode dar.

Vossa mercê diz que o nosso amor que há-de a vossa mercê vir a dar em desgosto não por certo [?] porque eu não sou como a minha mana, mas ela teve razão para se pôr mal com vossa mercê, porque ela teve por notícia que vossa mercê tinha escrito a minha prima e dizia que era velho. Então ela não quis mais escrever-lhe. Vossa mercê diz que não vai a casa da minha tia quando eu estiver.

Eu não vou por meu gosto, mas a minha mãe é que me manda, por isso é que vou. Mas se isso não é seu gosto, não irei mais se não quando vossa mercê me der licença. Eu estou pronta para executar todos os seus preceitos. Com isto não enfado mais. Desta sua prima que muito venera dentro de meu coração é.

Maria Francisca de Almeida”

Para o mesmo religioso, desta vez de uma tal Maria Inácia, esta carta transmitia a saudade e a revolta de não se ter despedido dela:

“Meu querido e amado mano,

Com grande gosto recebi as tuas letras, mas sentindo a tua ausência e de te não vires despedir de mim, menos sentiria a tão grande saudade que me fica dentro no meu coração. Fico sentindo as tuas tão [?] grandes dores de cabeça, pois d.....[?] te dei melhoras. Não repares o eu não te escrever logo, que foi por mor de uma pouca de roupa. Por isso pedi ao rapaz que viesse pela manhã para te a mandar. E assim não te demores lá muito tempo e, quando vieres, vem por cá.

Desta tua mana que muito te quer e deseja

Maria Inácia”<sup>21</sup>

Do contexto de direcção espiritual, restam-nos alguns testemunhos curiosos. O Tribunal do Santo Ofício encarara com desconfiança a orientação com que certos

---

<sup>20</sup> ANTT, Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de São Francisco de Lisboa, mç. 19, fl. 19r.

<sup>21</sup> ANTT, Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de São Francisco de Lisboa, mç. 19, fl. 22r.

sacerdotes pareciam desencaminhar e encorajar freiras e mulheres em experiências que poderiam ir além do místico. O ambiente de direção espiritual seria espaço de partilha e comunicação, por vezes incorrendo em leituras marginais. A carta abaixo, dirigida a Fr. Bernardo de S. José, testemunha a prevalência do mito sebástico em meados do séc. XVIII. Assim lhe confidenciava a soror Luísa do Monte Carmelo:

“Eu também espero pelo senhor rei D. Sebastião desde o terramoto, que se disse estava profetizada pelo Bandarra a destruição de Lisboa para o mesmo dia em que sucedeu e que tudo o que ele profetizara estava cumprido, exceto a vinda de el Rei D. Sebastião. E se tudo está cumprido, eu não tenho dúvida em que isso se há-de cumprir. Que nosso Senhor o traga, se é para tanta glória sua, como vossa paternidade me diz. Desejo saber que papel há-de ficar fazendo o senhor D. José, porque também sou muito sua empenhada, por me parecer [que] há-de vir a ser santo [...]”.<sup>22</sup>

Nesta mesma capilha se junta um outro escrito sebastianista. Trata-se da descrição do estranho episódio da galinha sebastianista (cor preta) que pôs 7 ovos latinos em Santarém, cada um com letras misteriosamente inscritas. Mostrados pelo dono, António de Almeida Leal, ao Colégio da Companhia de Jesus, comprovou-se não ser embuste. Eis a mensagem adivinhada: "Sebastianus est vivus Seb.nus venit Joseph vivo".

## **Conclusões**

Das cartas particulares interceptadas e integradas em processos judiciais no período da Idade Moderna sobressaem prazeres devassados e amores proibidos, o inatingível, o paradoxal, o obsceno, mas também sentimentos pungentes, como a saudade e a dor; outros registos, mais sombrios, onde o simbólico e o sobrenatural conquistam adeptos e as palavras têm a crueza de punhais. As manifestações do indivíduo e da sua consciência de felicidade/bem-estar no seu percurso existencial acabam, necessariamente, por ser reflectidas no discurso epistolográfico: angústia e esperança, temor e optimismo, necessidade e desejo, insegurança e revolta, nostalgia e dor. O amor é o sentimento-rei: desde o amor conjugal, não livre de crises e tensões múltiplas, o amor paternal e filial, o amor espiritual, de pendor místico, o amor conjugal, o amor entre indivíduos do mesmo sexo.

A sua análise possibilita inferir sobre alguns parâmetros da esfera social que produzem um impacto determinante – embora subjectivo – no sentimento individual e grupal de felicidade e bem-estar. Será, por certo, mais fácil identificar os momentos críticos na História pelos picos de insatisfação, crises de diversos tipos, natureza de sistemas de controlo social e seus efeitos, entre tantos outros.

---

<sup>22</sup> ANTT, TSO, maço 22, n.º 123.

Torna-se evidente a interferência de uma noção diferente de aplicação de justiça, a nível local, onde se sobrepunham os interesses particulares sobre o correto e estrito cumprimento da Lei. Não é difícil deduzir o enorme impacto da actividade judicial no plano das mentalidades e da cultura portuguesa, a avaliar pelo que é retratado nos processos, muito particularmente no foro inquisitorial e em autos crimes de natureza política. Não obstante a ritualização das suas práticas, a objectividade dos documentos reguladores e as suas estratégias de contenção e controlo social, os tribunais e a acção do poder central não deixavam de ser encarados de forma crítica, com não rara demonstração de insatisfação e revolta, tanto oralmente como na escrita.

Não restam dúvidas de que as atitudes perante a vida e as estratégias experienciadas são configuradoras do sentido de felicidade - que, por natureza, é subjetivo, abstrato e ilusório. As práticas de comunicação marginais que tivemos oportunidade de analisar são, afinal, reveladoras de quão semelhantes são as ambições humanas ontem e hoje. O contacto com um alargado e diversificado conjunto de fundos e a recolha de um considerável número de cartas traz, sem dúvida, à luz evidências tangíveis de testemunhos históricos, dos sentimentos predominantes, de traços configuradores da mentalidade e cultura portuguesas, bem como de dilemas intemporais na existência humana.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GÓIS, P.<sup>o</sup> Manuel de, s.j. [1597] (2009). *Tratado da Felicidade* [trad. e notas Filipa Medeiros]. Lisboa: Sílabo.

HAKANEN, M. , Koskinen, U. (2009). "From "friends" to "patrons", Transformations in the social power structure as reflected in the rhetoric of personal letters in sixteenth - and seventeenth-century Sweden". *Journal of Historical Pragmatics*, 10:1, pp. 1–22.

HESPANHA, António (1993). "Família - Fundamentos antropológicos da família de Antigo Regime: os sentimentos familiares". In MATTOSO, José [dir.]. *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto volume. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 273-278.

MATTOSO, José [dir.] (2011). *História da Vida Privada em Portugal – A Idade Moderna*. [coord. Nuno Monteiro]. Lisboa: Círculo de Leitores.

MORA, Fernando [ed.] (2010). *Modernidad, ciudadanía, desviaciones y desigualdades: por un análisis comparativo de las dificultades del paso a la modernidad ciudadana*. Córdoba: Universidad de Córdoba.

REAL, Miguel (2013). *Nova Teoria da Felicidade*. Alfragide: D. Quixote.

SUSNIENE, Dalia et JURKAUSKAS, Algirdas (2009). "The Concepts of Quality of Life and Happiness – Correlation and Differences". In *Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics* (3).